

16 de Março 2020  
Segunda-feira  
Semanário - Ano 5  
Nº 200  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



### ANÁLISE

## Empresários 'abrem' porta para a saída da crise

Reformas na posse da terra, aposta no comércio transfronteiriço, investimento na agricultura e no turismo e "mais importante": mudança de mentalidade na governação. Eis o cardápio de soluções que vários notáveis da economia apresentam ao Governo para a saída da crise. **Págs. 8 e 9**

### OPINIÃO

## Mundo em guerra

Pág. 19

### ATÉ AO FIM DO ANO

## Bancos obrigados a vender imóveis do malparado

Pág. 11



Mário Mujetes © J.E.



ALEGADA FALTA DE TRANSPARÊNCIA

# Africell ameaça desistir do concurso

**TELECOMUNICAÇÕES.** A única empresa qualificada para a segunda fase do concurso para a obtenção da licença de quarto operador de telefonia móvel admite desistir do processo. Em declarações ao VALOR e à Bloomberg, fonte oficial da Africell justifica a hipótese com a alegada falta de transparência no processo de alienação dos activos da Angola Telecom. "Ficámos surpresos e perturbados com discussões extremamente opacas", precisa a empresa. **Pág. 10**

### ENTREVISTA

## "Os EAU têm 500 milhões USD para Angola"

Bráulio Martins, empresário de 36 anos, preside à Câmara de Comércio e Indústria Angola Emirados Árabes Unidos e assegura, ao VALOR, que o país asiático tem um fundo de 500 milhões de dólares disponíveis para os investidores agolanos. A exigência é que sejam apresentados projectos e não "simples ideias". **Págs. 4 a 6**

### SINDICATO ALEGA QUE EMPRESA USA DECRETO JÁ REVOGADO

## Sonangol acusada de assinar contratos falsos

**CONFLITO.** O sindicato que representa os trabalhadores eventuais que mantêm um 'braço-de-ferro' com a petrolífera pública acusa a empresa de avançar com a assinatura de contratos falsos. Zacarias Jeremias, da CGSILA, explica que a intenção da Sonangol é dividir os funcionários entre os que pretende contratar e os que quer expulsar. A petrolífera, para já, assegura apenas que procura a "melhor forma" para resolver o diferendo. **Pág. 14**



Mário Mujetes © J.E.

# Editorial

## A CEAST E OS DEMAIS CONSPIRADORES

**A**presentemos dez factos, de forma aleatória, relacionados com o processo de combate à corrupção, incluindo a nova conspiração descoberta pela liderança do MPLA.

**Facto um:** a Igreja Católica, através da Ceast e de alguns dos seus bispos influentes, em diversas ocasiões, manifestou apoio expresso à agenda de combate à corrupção. No entanto, na última semana, antes de fazer deslocar uma delegação ao Palácio de João Lourenço, fez duras críticas ao processo, adjectivando-o como selectivo e vingativo.

**Facto dois:** Há algumas semanas, o destacado economista Alves da Rocha, num evento em Portugal, classificou o combate à corrupção, como um “erro”, enquanto peça do programa do Governo. Com palavras diferentes, Alves da Rocha usou praticamente os mesmos argumentos apresentados agora pela Igreja Católica.

**Facto três:** o líder da Unita faz consistentemente as mesmas críticas. No fundo, pelos dados de que

dispõe, Adalberto Costa Júnior não tem a mais pequena dúvida da selectividade da agenda.

**Facto quatro:** a portuguesa TVI anunciou, nos últimos dias, uma reportagem especial sobre actos de alta corrupção praticados no mandato de João Lourenço por membros do topo da governação. A reportagem foi adiada, alegadamente, pela prioridade conferida aos temas sobre o coronavírus.

**Facto cinco:** o Procurador-Geral da República fez pronunciamientos públicos em que revelava que várias pessoas estavam em negociações com a justiça para a devolução de bens do Estado, em troca de acordos na justiça. Hélder Pitta Grós chegou inclusivamente a incentivar a prática.

**Facto seis:** como se as declarações de Pitta Grós jamais tivessem existido, o Presidente da República pronunciou-se sobre um caso específico em que proibiu peremptoriamente qualquer possibilidade de negociação com o Estado.

**Facto sete:** figuras como os juristas Marcolino Moco, Albano Pedro e outros, com argumentos diversos, já opinaram repetidas vezes que,

no essencial, se o combate à corrupção é para levar a sério, a elite do MPLA pararia toda na cadeia.

**Facto oito:** além de inúmeros contratos, envolvendo obras bilionárias adjudicadas sem concurso público nos últimos dois anos, a empresa Africell, qualificada para a segunda fase do concurso para a obtenção de licença de operador nas telecomunicações, considera desistir, caso os sinais de falta de transparência na alienação dos activos da Angola Telecom se confirmem.

**Facto nove:** O VALOR desde a primeira semana que se vem destacando com alertas sobre as batotas do combate à corrupção e a todas as práticas lesivas ao interesse público.

**Facto dez:** João Lourenço, na qualidade de presidente do MPLA, como que em jeito de resposta aos nove factos atrás, respondeu, no último fim de semana, que há “resistência organizada” contra a sua intenção de combater a corrupção! É claro: é o MPLA igual a si próprio. O mesmo que promete escuta activa à crítica e responde alarmado, acossado por conspiradores que apenas ele vê. Enfim... é uma questão genética.



### FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola  
**Paginação:** Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes e Mário Paiva  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15  
**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:** Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82  
**Endereço:** Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**António Segunda,**  
administrador do Cazombo

### Porque é que o município é de categoria B?

No âmbito da desconcentração e descentralização administrativa, os municípios passaram a ter mais autonomia. Portanto, classe B traduz que temos o nosso estatuto diferente dos outros de categoria A, C e D.

### Uma classificação que resulta do 'peso' económico, certo?

Este deve ser um dos municípios mais ricos de Angola e do mundo em termos de recursos minerais como diamantes, ouro, cobre, urânio e metais raros ainda não explorados. Tem madeira e chanas propícias para o cultivo de arroz em grande escala, sendo que já foi o grande celeiro da produção deste cereal na década de 80. Assim, para além do potencial económico, conta também a densidade populacional.

### O rio Zambeze passa mesmo ao lado mas não é aproveitado...

A partir daqui é navegável até à Zâmbia. Essa característica pode ser aproveitada para impulsionar o turismo, por exemplo. Portanto, tem também grande utilidade na pesca. Aliás, por esta altura (Março) já se pode apanhar peixe do tipo corvina do meu tamanho. Mas temos vários cursos de água, muitos dos quais afluentes do Zambeze, potencialmente exploráveis para a pesca, além das chanas, onde podemos apanhar a famosa tuqueia.

**18**  
**TERÇA - FEIRA**  
O Instituto de Gestão dos Activos e Participações do Estado (Igape) garante que o processo de privatização das três unidades industriais têxteis, construídas com fundos públicos, em Luanda, Kwanza-Norte e Benguela, vão a consulta pública no dia 18 deste mês.

**19**  
**QUARTA - FEIRA**  
A União Europeia manifesta intenção de trabalhar na melhoria, desempenho, crescimento e no contributo da cadeia de valor do café na diversificação da economia, através do programa para o desenvolvimento do sector privado, financiado com 12 milhões de euros, avança o seu embaixador em Angola, Tomás Ulicny.

**20**  
**QUINTA - FEIRA**  
A embaixadora de Angola na Suíça, Cecília Rosário, manifestou às autoridades daquele país a intenção de implementar a Câmara de Comércio e Indústria Angola-Suíça, para dinamizar a cooperação entre empresas dos dois países.



**SEGUNDA-FEIRA** O Ministério da Economia e Planeamento, através do Banco de Desenvolvimento de Angola, pretende financiar 15 cooperativas agropecuárias e produtores dos 54 produtos da cesta básica, na Lunda Sul, através do Programa de Apoio ao Crédito (PAC).

**21**  
**SEXTA - FEIRA**  
Angola assume a presidência rotativa da Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP (ARCTEL), por um período de dois anos. A eleição foi feita em Assembleia da organização, em Luanda.



**15**  
**SÁBADO**  
A ministra das Finanças, Vera Daves, reitera que a medida de retirada dos subsídios aos preços dos combustíveis será efectivada, mas com cautela devido ao seu impacto. Referiu que o objectivo é evitar que o impacto seja muito forte.



**16**  
**DOMINGO**  
O director nacional para Economia, Competitividade e Inovação, do Ministério da Economia e Planeamento, César Araújo, garante que não haverá morosidade na selecção das cooperativas no processo de financiamento.



## COTAÇÃO



### PETRÓLEO ABAIXO DOS 30 DÓLARES...

O petróleo iniciou a semana com novos mínimos, chegando mesmo a ser negociado abaixo dos 30 dólares em algumas horas da segunda-feira, 16. No entanto, o Brent terminou a sessão diária a ser negociado 31,41 dólares, registando-se uma redução de 11,37% face ao preço de 35,44 dólares com que terminou a semana passada. O WTI, porém, não conseguiu superar-se da casa dos 20 dólares e terminou a ser negociado a 28,86 dólares, uma queda de 9,5%.



### SÓ AGAZPROM RECUPERA ENTRE ASPETROLÍFERAS

Depois de, na semana passada, as acções de grande parte das petrolíferas internacionais terminarem no vermelho, a realidade volta repetir-se no início desta semana. A excepção acontece com as acções da russa Gazprom que valorizaram 1,19%. A brasileira Petrobras teve as acções mais desvalorizadas com 14,29%, seguindo-se a Chevron, com 12,12%. Na posição oposta, estão a chinesa Petrochina cujas acções caíram 0,20% e a portuguesa Galp com uma queda de 3,59%.

# Entrevista



BRÁULIO MARTINS, PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA ANGOLA/EAU (CCIANG/EAU)

## “Temos de promover empresários que não são políticos”

Quer empresários que vão em busca de conhecimento e “parcerias certas para potenciar os negócios”. E critica os “mendigos” que, durante muito tempo, só andavam a espera de fazer negócio com Estado. “Não aprenderam a trabalhar”, por isso “nada sabem fazer”.

Por Júlio Gomes

**C**omo surge a CCIANG/EAU? Não se faz política sem conhecer a cultura de um povo. Em 2018, juntámos a documentação e, no ano seguinte, pedimos um certificado de admissibilidade ao Ministério da Justiça que foi aceite e criámos a câmara que tem 18 membros, sendo sete executores e outros colaboradores, incluindo algumas empresas. Devo também dizer que, antes, uma iniciativa dessas era impossível.

**Porquê**

Na outra magistratura, era

impensável. Não seria presidente de uma câmara por ser muito jovem. Tinha de ser um mais velho de barba branca. Mas a sabedoria não é divina, não está na barba branca. Hoje qualquer pessoa pode ser o que quiser. Portanto, antes o Estado era democrático e de direito no papel.

**Quantos filiados tem?**

Na nossa base de dados temos já 37 empresas de vários sectores como agricultura, ecoturismo, minerais, entre outras.

**É o balanço para já?**

Em 2019, em Outubro, estivemos numa conferência nos Emirados Árabes Unidos (EAU) e assinámos um acordo com o Annual Investment Meeting (AIM), ou

seja, encontro anual de investidores, que é a maior plataforma do mundo, onde Angola nunca se fez representar. Mas, desta vez, vamos participar na 10ª edição com empresários interessados. O evento deve-se acontecer este mês, mas vai acontecer em Junho. O adiamento deve-se à propagação do coronavírus.

**O que o país ganha?**

Celebrámos um acordo com a AIM com o objectivo de promover esta entidade em Angola de forma que os empresários locais saibam mais sobre essa plataforma e, ao mesmo tempo, criar mecanismos para serem levados aos EAU, no evento que acontece todos os anos. Nele participam 143 países, entre os quais economias pujantes como os EUA,

Arábia Saudita e Reino Unido. Os países africanos fazem apresentação dos seus produtos e naquilo em que acharem possibilidades de parcerias são apoiados. Por isso, achamos que Angola deve fazer parte para ir em busca de parcerias certas, conhecimento e avanço na agenda dos negócios.

**Os empresários estão a responder a essa iniciativa?**

Temos algumas empresas já inscritas para participar no certame. Por outro lado, estamos animados porque, no encontro que tivemos com o embaixador dos EAU em Angola, garantiu que existe um fundo para patrocinar projectos.

**Qual é a capacidade desse fundo?**

“É um interlocutor entre os empresários e as câmaras de vários sectores e o Governo. Como sabe, infelizmente há muitos empresários no país que não sabem o que é uma câmara.”

Estamos a falar de um fundo acima de 500 milhões de dólares. Esse fundo já cá esteve por duas vezes por intermédio do Sheik, mas voltou por falta de projectos.

#### Não há projectos?

Não digo que não haja projectos. Na verdade existem vários, mas, quando estamos a falar de projectos, não são ideias apenas, mas sim projectos concretos que foram estudados, avaliados para serem patrocinados.

#### Na actual conjuntura, fica difícil atrair investidores, não?

Sabemos que os EAU são um conjunto de sete estados federais. É uma plataforma de negócios, e um centro logístico, onde existe um dos maiores portos do mundo. Por sua vez, Angola, em África, é uma potência. Aliás, queremos transformar o país num Dubai.

#### Como se chega a essa meta?

Temos mar, temos quatro portos (Cabinda, Namibe Lobito, Luanda), temos rios. Além disso, Angola faz parte da SADC e tem boas relações com países vizinhos como a República Democrática do Congo, com mais de 80 milhões de habitantes, sendo, por isso, um bom mercado para Angola. E as empresas que não são apenas dos EAU têm interesses de expandir os seus serviços e o país que acham seguro, do ponto de vista estratégico, é Angola. É aqui onde querem instalar fábricas para que o país deixe de ser um potencial importador de 90% do que consome para exportador.

#### E a mão-de-obra?

Quando falamos em mão de obra podemos também aproveitar a experiência dos EAU. As nossas universidades devem deixar de formar quadros de lapiseira e papel. Têm de formar técnicos capazes de alavancar a economia. Logo, essa relação que agora estamos a criar com empresas do Emirados prevê também formação com especialistas dos EAU. Temos em carteira um projecto no qual vamos seleccionar angolanos para trabalhar nos EAU e colher experiência. Aliás, uma das nossas premissas é a criação de fábricas que produzam para o país e exportar para a região da SADC.

## Perfil

Nasceu em 1984 em Luanda e, em 1992, na sequência do conflito armado pós-eleitoral, foi a Portugal com os pais e dali para o Egipto, onde acabaria por se formar como engenheiro em tecnologias de informação. Além do português e inglês, Bráulio Mohamed Sanda Martins fala fluentemente árabe, uma ferramenta que lhe permite interagir facilmente com interlocutores dos países do médio oriente, e não só. “Trago experiência de seis anos no Cairo, da câmara da África do Sul e dos próprios EAU, onde estive por várias vezes”, confessa o líder da CCIANG/EUA que acrescenta: “os empresários não devem ficar só a espera de fazer negócio com o Governo”, porque “foi isso que criou maus vícios a pessoas que hoje nada criaram por sua conta e estão sem iniciativa. Não sabem trabalhar” e por isso “condenados à falência”.

#### Há um projecto idêntico de uma cooperativa da Huíla...

Uma das nossas apostas com o EAU é a criação de fábricas. Temos uma parceria com a Aipex e uma das nossas propostas vai nesse sentido. Isso pode potenciar outras áreas como a agricultura porque o nosso país tem terrenos férteis e chuvas abundantes. Há recursos hídricos e minerais, mas importamos, por exemplo, catanas e enxadas. Porque não produzir aqui para o mercado interno e vender também para países vizinhos?

#### Com produtos agrícolas exportáveis, os EAU também podem beneficiar, certo?

Sim, porque só exportam petróleo e importam quase tudo. É um país consumista. Então temos de



organizar os nossos empresários, porque eles são muito exigentes. Podemos produzir na agricultura em grande escala, mas com qualidade para exportar não só para os EAU, mas também para outros países como a Arábia Saudita. É uma forma de captar divisas que fazem falta ao país.

organizar os nossos empresários, porque eles são muito exigentes. Podemos produzir na agricultura em grande escala, mas com qualidade para exportar não só para os EAU, mas também para outros países como a Arábia Saudita. É uma forma de captar divisas que fazem falta ao país.

#### Aqui temos tudo, mas importamos tudo...

Exactamente! Além da agricultura, temos o ecoturismo. Veja, por exemplo, que a Etiópia é um dos países pobres com poucos recursos, não tem porto mas está a crescer do ponto de vista do turismo, que é uma forma de atrair investimento e divisas. Só com o turismo é que os empresários podem ver onde e como investir. Sem turismo, não estaremos a fazer nada.

#### Mas como dinamizar o turismo?

Temos de fazer um marketing enorme e isso requer custos. Temos de promover em primeiro plano o que Angola tem. Neste encontro anual de investidores, Angola irá dar a conhecer aos seus parceiros, por intermédio da Aipex, o que temos. O país terá um pavilhão com várias empresas e é ali onde, durante uma hora, será o momento oportuno para dizer o que de concreto tem e precisa. Não devemos ficar adormecidos, temos de ir ao encontro dos investidores. Dar a conhecer a beleza e as áreas estratégicas existentes para investimento.

#### Mas fala-se disso há vários anos e não há resultados...

Além de falar, temos de ir à prá-

#### Como vê o surgimento da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria de Angola?

É um interlocutor entre os empresários e as câmaras de vários sectores e o Governo. Como sabe, infelizmente há muitos empresários no país que não sabem o que é uma câmara e, além da promoção do investimento, temos estado a fazer também um trabalho pedagógico. Nos EAU, só a câmara do Dubai tem 237 mil empresas e existe uma federação. Além disso, cada estado tem as suas câmaras autónomas.

#### Ainda há lugar para o surgimento de mais entidades do género?

Quanto mais câmaras, mais investimento para o país.

#### Como olha para o estado da economia, com o petróleo em baixa e o alastramento do coronavírus?

Vamos começar pelo coronavírus! Na verdade, já surgiram vários surtos. O que se passa é que está a haver muita promoção à volta dessa epidemia. Temos o VIH/Sida, o surto da gripe que matou muita gente. Mas esta é uma forma de dizer que devemos estar em alerta e tenho fé que é algo que vai terminar e não está aí para sempre.

#### E sobre o petróleo?

No nosso caso, é uma forma de nos dizer que devemos sair um pouco da dependência do petróleo e diversificar a economia porque temos outras áreas, como o café, a madeira, o carvão, enfim, Angola tem tudo para sobreviver. Há países que não têm tantos recursos como o nosso.

Continua na página 6

# Entrevista

Continua da página 5



Mário Mujigas © VE

Por exemplo, a Zâmbia, sem porto, vive só da exportação de carne. O Egipto, com perto de 90 mil habitantes, depende do turismo. Nós podemos viver de vários produtos. Por isso devemos aprender com economias mais avançadas como a da África do Sul.

**Já se pode falar do volume de negócios entre Angola e os EAU?** Neste momento, existem três empresas dos EAU já implantadas no país. Há uma fábrica de tractores que está a ser montada. E também estão a investir na reabilitação do Aeroporto 4 de Fevereiro, além de investimentos na rede sanitária pública. Mas, durante esse tempo, houve mais interesses de empresários angolanos de importar dos EAU do que o inverso, porque nunca mostrámos o que temos. Ainda é prematuro falar em números porque também nunca existiu uma câmara, mas posso dizer que, neste momento, temos empresas que exportam mel, abacate e abacaxi para os EAU.

**O que pensa das políticas do Executivo?**

Com o novo Governo digo que as coisas estão de certa forma a acontecer mas temos de dar algum tempo. É como uma casa: quando

está suja temos que desarrumar tudo, tirar todo o lixo e depois colocar as peças nos devidos lugares. Se notar, as barreiras políticas que tínhamos no passado foram removidas. Por exemplo, já se está a combater a corrupção. Isso motiva e atrai o investidor.

**Não é um combate selectivo?** Acho que, em Angola, as plataformas digitais estão a dominar os tradicionais órgãos de comunicação social. Logo, devem trabalhar mais e dar notícias concretas. Uma

*Na nossa base de dados temos já 37 empresas de vários sectores como agricultura, ecoturismo, minerais, entre outras.*

informação de alguém que entra no facebook acaba por persuadir muita gente como se fosse credível. Portanto, os jornais, a rádio e a televisão devem trabalhar mais.

**O que quer dizer com isso?**

Após a tomada de posse do Presidente João Lourenço deu-se um tempo para que as pessoas que fizeram desfalque na economia devolvessem o dinheiro. Alguns o fizeram. Estas pessoas que colaboraram com o Estado estão aí, estão livres. As que não o fizeram estão

*Acho que, em Angola, as plataformas digitais estão a dominar os tradicionais órgãos de comunicação social. Logo, devem trabalhar mais e dar notícias concretas.*

a sofrer as consequências. Então é preciso que esta informação chegue à população.

**Não é pessoalizado, portanto?**

Não! Está-se atirando todo o mundo. Não gosto muito de política, mas temos, por exemplo, o caso do ex-ministro dos Transportes, temos pessoas que agora estão a responder em tribunal e temos aquelas que, durante o seu mandato, a própria lei os protege e só depois de cinco anos serão chamadas a depor. Temos que respeitar a justiça.

*Estamos a falar de um fundo acima de 500 milhões de dólares. Esse fundo já cá esteve por duas vezes por intermédio do Sheik, mas voltou por falta de projectos.*

**Não acha que o país está parado?** Acho que temos de ser mais concretos.

**Como?**

Temos que separar o político do empresário. Temos mais políticos empresários. Temos que promover empresários que não são políticos. Logo, se há empresas a fechar é porque alguma coisa está a ser feita, ou seja, a justiça está a ser feita e está a fazer o seu papel. Por outro lado, ainda temos empresários mendigos. Como é que você exporta madeira, mas depois diz que não tem quatro mil dólares para ir a um fórum, onde pode ir à busca de valências para potenciar o seu negócio e ganhar mais dinheiro?

**A prevista subida dos combustíveis preocupa-o?**

O Estado sabe o que está a fazer. Nós estamos focados na atracção de mais fábricas, menos importação e mais exportação.

**Mas o investidor tem receios, em matéria, por exemplo, de repatriar dos dividendos...**

Para que as coisas funcionem é preciso que haja um interlocutor entre o Estado e o empresário. Estas inquietações dos empresários têm de chegar ao Executivo e as câmaras de diversos países devem expor o problema também.

**Voltemos ao fundo dos EAU. O que se está a fazer para que os 500 milhões de dólares sejam aplicados no país?**

O fundo que veio dos EAU por duas vezes era desconhecido. Mas, de seguida, a embaixada explicou-nos a intenção e em resultado disso temos sete projectos concretos a serem submetidos a financiamento.

**Estão quantificados?**

Estamos a falar de valores entre 70 milhões e 270 milhões cada um. Não estou a dizer que todos serão aprovados, mas se quatro deles forem aprovados será benéfico e são vários postos de trabalho a serem criados. O que se passa aqui é que as pessoas estão amarradas ao Estado e pensam que este deve fazer tudo.

**O que pensa sobre os acordos de dupla tributação?**

No ano passado, o PR esteve no Dubai e veio a Luanda o Sheik por mais de cinco vezes. Isso quer dizer que as coisas estão no bom caminho, mas aguardemos pelos resultados.

zap vivo

 BAI

# DANÇA

com **RITMO**

## GALAS EM DIRECTO

**SÁBADOS • 21:00**

**APOIO AO CLIENTE:**  
935 555 500 | [apoio.cliente@zap.co.ao](mailto:apoio.cliente@zap.co.ao)  
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 ÀS 24:00

INFORMAÇÕES SUJEITAS A ALTERAÇÕES

SIGA-NOS EM:     + INFO EM: [www.zap.co.ao](http://www.zap.co.ao)

# Economia/Política

ESPECIALISTAS APONTAM SOLUÇÕES

# Porta para a saída da crise

**ANÁLISE.** Empresários sugerem soluções para a saída da crise, apontando sectores e as respectivas potencialidades. Mas reconhecem que, mais do que apostar em determinado sector, é necessário que o Governo mude a forma como encara os problemas e objectivos.

Por César Silveira

A actual situação do mercado petrolífero, a indecisão sobre o futuro e, sobretudo, a certeza de que, nos próximos anos, o preço dificilmente volta a níveis que atendam às necessidades das economias petroddependentes, impõe questionar sobre as alternativas económicas para Angola.

A agricultura, normalmente, tem sido a líder das sugestões e a regra mantém-se no inquérito realizado pelo VALOR. “É a agricultura com a estratégia e o financiamento correcto”, defendeu, por exemplo, a empresária Filomena Oliveira, justificando-se com o potencial existente para produzir tanto para o auto-sustento como para a exportação de determinados produtos.



Reforma na posse da terra é um dos desafios considerados urgentes para desenvolvimento da Agricultura

“Temos é de ter uma estratégia clara e precisa. Para fazer agricultura, tem de haver dinheiro barato, não é dinheiro a 10, 20 e ou 30%. Não é nada disso. Temos é de ter uma estratégia muito clara para financiamento e apoio à agricultura. Não é com o PAC demasiadamente complicado. Continuamos sem uma organização de cooperativas de créditos a funcionar, a lei e o regulamento das cooperativas de

créditos têm de ser ajustados para permitir que sejam beneficiadas de apoio financeiros externos”, repara.

Para a empresária, “o apoio efectivo à produção agrícola tem de estar no Orçamento Geral do Estado (OGE)”, não sendo obrigação da banca comercial tratar da matéria. “Estamos a passar o ónus do OGE para a banca comercial, o que não está correcto. Tem de estar no orçamento e depois passar-se à

banca e não obrigar a banca a vender os seus produtos abaixo daquilo que é o custo do próprio dinheiro. É a estratégia que não está adequada. Façam mais título de tesouro, que é assim que têm estado a alimentar a banca, e peguem neste dinheiro e repassem para as micro, pequenas e médias empresas e, para as cooperativas do fórum familiar e não só, a uma taxa que seja racional”, recomenda.

Há ainda, para a empresária, várias formas de o Estado arrecadar dinheiro para destinar à agricultura, citando como exemplo a redução da estrutura administrativa do Estado em 50% e aumento do uso das novas tecnologias. “Por outro lado, está a ser revisto o imposto industrial, a banca e os seguros, que, de uma forma totalmente desfasada do resto dos sectores económicos, apontam sempre lucros astronómicos, eles que paguem 35% do Imposto Industrial e o diferencial que seja utilizado para financiar a agricultura. As estratégias não são difíceis, é preciso haver vontade política e uma concertação efectiva.”

**TERRA, OUTRO GRANDE ‘CALCANHAR DE AQUILES’** Filomena Oliveira cita ainda a problemática das terras entre as

Agricultura, apontando como o sector com maior potencialidade para a saída da crise

Mário Muijtes © AE

barreiras que dificultam o desenvolvimento da agricultura. “É preciso rentabilizar as terras, estes senhores todos que têm terra e não fazem nada com elas, as famílias têm um monte de terra, plantam num cantinho. Vai para as províncias, milhares e milhares de hectares de boa terra ao lado de rio e tudo, mas ninguém trabalha porque tem dono. Ou o dono é detentor do poder e não se pode mexer, ou o dono é a população, mas a população também não faz nada. Sim, têm de ser respeitados os direitos das comunidades, mas tem de haver um equilíbrio”, aconselha.

A problemática da terra é, de resto, citada por diversas pessoas que falaram para o VALOR e que apontam a agricultura como a porta para a saída da crise. Além do subaproveitamento, cita-se também a insegurança jurídica da propriedade. “Em Angola, não há propriedade. Os direitos são senhores precários e temporários. Pior, 90% da população não tem direito latifundiário estabelecido”, reclamou

O Instituto de Gestão de e Participações do Estado (Igabe) garante estar a trabalhar em conjunto com outras estruturas do Estado para assegurar e preservar os bens arrestados ou apreendidos e em que foi indicado fiel depositário.



um empresário do sector agrícola que, entretanto, não quis ser identificado “por estar cansado de chocar com esta gente”.

“Continuamos na luta e no esquema dos títulos de ocupação e direito de superfície, nunca dando propriedade. Sem propriedade não há capital. Não se pode dar o terreno em garantia. Até hoje, não há cadastro digital dos títulos e da propriedade. Sem isso, o Estado não pode colher renda sobre latifúndio e não há mercado hipotecário. Sem isso, não há poupança, não há riqueza, pois não há propriedade. O Estado quer ser dono da terra e não dá ao cidadão”, critica.

Na generalidade, os que apontam a agricultura como a solução imediata consideram necessário estruturar a economia à volta da grande base populacional. “E a grande base é a agrícola, 70% dos angolanos vivem da terra. Mas pouco ou nada é feito para estruturar a base da nossa economia, que é, sem dúvida, a agrícola. Pois é a agricultura individual de subsis-

tência o real emprego de milhões de angolanos”, sublinhou.

#### COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO, A SUGESTÃO DA AIA

Por sua vez, o presidente da Associação dos Industriais de Angola (AIA), José Severino, aponta como uma das soluções imediatas a formalização das trocas comerciais com os países fronteiriços, no caso a RDC e a Zâmbia. “Diversificação das exportações, olhando para o mercado da RDC. Estas acções ambíguas que temos nas nossas fronteiras são muito antigas e calculamos que, com o Congo, podemos chegar aos 1,5 mil milhões de dólares por ano”, estimou, acrescentando a existência de uma proposta de realização de feiras na fronteira com os dois países.

“Nestas feiras, podemos reforçar as relações entre empresas e fugir da promiscuidade de não se saber a quem se vende e para onde vão as divisas. Os nossos bancos devem estar presentes para participar nas negociações. Formalizar



Celeste de Brito sugere o Bullionismo



Pedro Godinho aposta tudo no Turismo



Filomena Oliveira sugere a Agricultura

# 30

Valor, em USD, que está a ser negociado o barril do petróleo, quando o OGE considerou 55 USD.

os exportadores ilegais de combustíveis”, analisa José Severino, classificando-as como “medidas que já deveriam estar implementadas”, visto existirem reuniões com os governos dos vários países, sendo a parte angolana a retrair-se.

#### E O DESCONHECIDO BULLIONISMO...

Há, entretanto, quem sugira soluções nunca ensaiadas pelo Estado angolano como é o caso do bullionismo. “Apontaria como alternativa mais curta para captar divisas para o país. Angola tem garantias históricas de capital humano proactivo. Tem classificação de Assets

como potencial país de economia global. Pode monetizar o direito da AOWDMP”, sugeriu a empresária Celeste de Brito, acrescentando que Angola só precisa de criar um projecto social de intervenção rápida e emitir uma SKR (safe keeping receipt's). “Desde a Independência, Angola nunca emitiu uma. Cada ano pode tirar 50 mil milhões para projectos sociais sem intermediários. Com uma SKR baseada em 500 milhões de dólares, assegurado em ouro. Este ouro não é vendido, não sai do país. Isso é bullionismo. Monetizar a partir do Bullion (Barras de ouro). Para isso, não necessita de bancos de correspondência. O Ruanda monetiza com Bullion”, argumentou.

#### ... O TURISMO NAS CONTAS

Há quem acredite também que o turismo seja a solução para a entrada imediata das divisas que se perdem com a baixa do preço do petróleo. “Poderão dizer que Angola não tem condições, ok. Mas nós podemos recorrer à consultoria com a melhor e maior empresa de turismo do mundo. Sabem como fazer um levantamento dos pontos fracos e fortes que o país tem e aí o Presidente da República, com o seu poder, vai, pelo menos, mobilizar o executivo e o cidadão nacional a trabalhar na busca das condições necessárias”, defendeu o empresário Pedro Godinho, sublinhando que “o sector da economia que pode tirar Angola da crise hoje ou amanhã é o turismo”. “Precisamos de criar condições para potenciar este sector. Não é preciso pressionar o BNA para dar dólares, a natureza já nos deu. Para levar o turista para ir ver as pedras do Pungo A'Ndongo, não precisamos de pressionar o BNA. Turismo não precisa de matéria-prima nenhuma. Não precisa de importar nada”, defende.

#### MUDANÇA, O MAIS IMPORTANTE

No entanto, grande parte dos interlocutores entende que, mais do que olhar para os sectores, é necessário mudar a forma de administração do país. “Enquanto não houver uma atitude mais realista quanto à economia e à nossa capacidade real, não vamos sair do problema. A economia não se faz no papel nem em folhas de Excel. Infelizmente, muitos governantes, há anos, acreditam que, se mudarem o número na folha de papel, vai mudar alguma coisa no terreno. O facto é que não vai”, criticou um dos empresários.

# Mercados & Negócios

AVANÇO CONDICIONADO À TRANSPARÊNCIA NA ALIENAÇÃO DA A. TELECOM

## Africell mantém opção de desistir do concurso público

**TELECOMUNICAÇÕES.** Única qualificada para a obtenção de licença para quarto operador de telefonia móvel, Africell explica que a sua participação ao concurso público se deveu a garantias de “total transparência”, na política de privatização em curso no sector. “Conversas opacas” na alienação dos activos da Angola Telecom deixam aberta, por isso, hipótese de desistência.

Por Kambinja Mendes

Depois de ter sido qualificada para a segunda fase do concurso para a atribuição da quarta licença nas telecomunicações, a Africell Holding SAL mantém a opção de desistir do concurso, caso o Governo não cumpra “explicitamente” a sua política de privatização que prevê a alienação dos 45% da Angola Telecom, de modo “integralmente transparente”, através de concurso público ou da bolsa.

A revelação é de Ian Paterson, director financeiro da Africell, em entrevista conjunta à Bloomberg e ao VALOR, e surge na sequência do que chamou de “discussões opacas”, envolvendo a alienação dos activos da empresa pública. “Ficámos surpresos e perturbados com discussões extremamente opacas e fora de qualquer processo formal sobre a privatização da Angola Telecom”, enquanto decorria o concurso. “No caso de a licença móvel da Angola Telecom ser transferida para a Orascom ou qualquer outra operadora num processo não transparente, a nossa retirada do concurso permanece uma opção”, insiste Paterson, justificando que o ‘modus operandi’ da empresa e dos seus investidores, como o governo dos EUA, exige “total transparência”.



“Seria impossível continuarmos num mercado onde um processo transparente, como o que participamos até agora, seja comprometido de tal maneira”, avisa.

Ao admitir que o Governo até “conduziu bem o concurso desde que cancelou o processo da Telsat” ao nomear uma empresa de consultoria reconhecida internacionalmente, a KPMG, Paterson insite que a Africell participou com a compromisso de que o Governo respeitaria a política de privatização em curso no sector.

Quanto à KPMG, Paterson admite que a consultora organizou um concurso “público muito transparente”, com a tecnologia usada a simplificar o processo e a prestar um nível “absolutamente igual” para todos os participantes.

### EMPRESA PREPARA-SE

Enquanto aguarda pela “transparência” na alienação da Angola Telecom, a Africell trabalha “arduamente” para apresentar as propostas técnicas e financeiras finais no prazo de 60 dias, segundo Paterson.

Entre as propostas financeiras, consta a promessa de investir “várias centenas” de milhões de dólares na primeira fase que culminará com o início de operações em meados de 2021, se tudo correr conforme calendarizado. As fases subsequentes dependerão do que o Governo disponibilizar em matéria de partilha das infra-estruturas existentes.

A Africell tornou-se a favorita para vencer o concurso para a licença de quarto operador de telefonia móvel, sendo a única

concorrente, depois de a MTN Group, da África do Sul, e a angolana BAI Investimentos não terem apresentado propostas, apesar de terem adquirido documentos de encargos, segundo o Ministério das Finanças, coordenador do concurso público.

A licitação é a segunda tentativa realizada para o mesmo efeito depois de o Presidente João Lourenço ter cancelado o concurso inicial ganho pela angolana Telsat, por esta alegadamente não ter preenchido os requisitos.

Ao primeiro concurso, a Africell “assistiu à distância” e sentiu-se atraída em participar no segundo pela promessa de transparência que a licitação, supervisionada pela KPMG, prometia.

Na verdade, segundo Ian Peterson, há anos que a Africell “cobiça” entrar no mercado angolano, por isso a empresa decidiu abraçar a oportunidade, esperando que “tudo corra bem” para, finalmente, operar em Angola, país que considera “em grande crescimento”, económica e demograficamente.

No domínio das telecomunicações, Angola operou geralmente como “monopólio” e os preços praticados podem ser “facilmente desafiados”, segundo Ian Paterson. A Africell promete “atrapalhar” esse modelo de negócio, trazendo “serviços de classe mundial de custos acessíveis nunca vistos em Angola”. No cardápio em oferta, incluem-se serviços de microfinanças, saúde, educação entre outros.

Quanto à partilha de infra-estruturas, que o Governo se propôs a agilizar, por se tratar de um modelo que em larga parte nunca foi testado, os executivos da empresa têm estado a gizar planos para o caso de a promessa não se concretizar. E os planos passam por desdobrar infra-estruturas próprias. Experiências de outras paragens mostram que os detentores das infra-estruturas manifestam alguns “truques” para se protegerem ou para “complicar” a partilha, segundo Ian Paterson.

**LEGALMENTE EM LONDRES**  
A Africell concluiu com “sucesso” a sua “reorganização estratégica”, mudando a sua sede legal de Beirute, Líbano, para Londres, Reino Unido, e nomeou Magase Mogale consultor jurídico-geral, disse a empresa num comunicado.

Segundo a nota, a Africell “incorporou-se” também na empresa-parente, baseada em Jersey, o que faz dela legalmente uma “empresa americana”. Considerando que 95% dos investidores são cidadãos norte-americanos, incluindo o Governo dos EUA, que é investidor directo, a Africell é, na prática, uma empresa norte-americana.

# 95

Porcento das participações na Africell são de entidades norte-americanas.

O BNA estabelece os termos e condições para a concessão de crédito pelas instituições financeiras bancárias às pessoas que nelas detenham participações qualificadas, bem como às sociedades que estas mesmas pessoas participam, directa ou indirectamente.

## SEGUNDO O INE

### Bancos embaraçam recenseamento de empresas

Passados alguns dias do arranque do Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos (Rampe), o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a dificuldade dos bancos disponibilizarem as verbas como um dos constrangimentos do processo.

“Temos disponíveis recursos, mas, por vezes, encontramos algumas dificuldades na disponibilização dos dinheiros pelos bancos, o dinheiro está lá, precisamos pagar as merendas e ajuda de custos, e o banco atrasa,” lamenta, fazendo saber que “os jovens tendo um dia de atraso na recepção das suas merendas e ajuda de custos já é motivo para não quererem trabalhar”

O Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos (Rampe) iniciou na semana de 12.03, em Luanda. E o programa prevê recensear de cerca de setenta mil empresas e conta com uma linha de crédito do Banco Mundial de cinco milhões de dólares.

Entre os indicadores a constarem do estudo destacam-se o número de empresas e funcionários, o sector de actuação, localização tanto de empresas do sector público como privado, como formais e informais.

Ficam de fora as empresas petrolíferas e serviços relacionados, actividade de intermediação (bancos, casas de câmbio e seguradoras). No sector informal, fica de fora a actividade de carácter ambulante e vendas em feiras.

O primeiro Rampe foi realizado em 2003, foram registadas 26 mil empresas das 100 mil previstas inicialmente pelo INE.

**Guilherme Francisco**

## ADQUIRIDOS POR VIA DE CRÉDITO MALPARADO

# Bancos obrigados a vender imóveis até ao final do ano

**BANCA.** Lei das instituições bancárias obriga bancos a desfazerem-se de imóveis em dois anos, mas estima-se que todos os bancos se encontrem em situação de incumprimento. Conjuntura económica pode obrigar instituições a buscarem soluções para não venderem os bens abaixo do preço de mercado.

Por César Silveira

O Banco Nacional de Angola (BNA) ordenou os bancos comerciais a alienarem, até ao final do ano, os imóveis adquiridos em reembolso de crédito e que não tenham sido alienados em dois anos, o prazo estabelecido pela Lei de Bases das Instituições Financeiras.

O banco central determinou que o incumprimento constitui contravenção “prevista e punível”, no entanto, segundo apurou o VALOR junto da administração de alguns bancos, a medida vai obrigar os bancos a criarem fundos para onde irão transferir estes activos, visto que não se adivinha ser fácil alienar os imóveis por esta altura, face à crise económica.

“Está a obrigar que os bancos tirem dos balanços estes imóveis. O problema é que, neste momento, não há clientela para estes activos. Aquilo que os bancos vão fazer é criar fundos e meter lá estes imóveis. Ou seja, vão ceder aos fundos em que os bancos também vão participar porque não acredito



José de Lima Massano,  
Governador do BNA

que neste momento haja mercado para os hotéis, armazéns e ou vivendas que os clientes foram dando em pagamento. Nesta fase, se vender ao desbarato só se perde dinheiro, tem que se aguardar por uma melhor oportunidade”, explica o CEO de uma das principais instituições bancárias.

O gestor acredita que os bancos irão cumprir com a directiva, visto que “ainda há nove ou dez meses para os bancos se adaptarem, mas o mais importante é o rácio de solvabilidade e nos rácios isso já foi tido em conta”.

Segundo a Lei das Instituições Financeiras, os bancos não podem adquirir imóveis que não sejam necessários à prossecução do seu objecto social, à sua instalação e funcionamento. Mas estão autorizados a possuir “móveis que não se destinem a uso próprio, desde que a aquisição resulte do reembolso de créditos próprios”. Estes imóveis devem, entretanto, ser alienados no prazo de dois anos.

Especialistas contactados pelo VALOR estimam que todos os bancos têm imóveis nestas circunstâncias. Uma realidade

possível de constatar no relatório e contas de algumas instituições.

O BAI, por exemplo, no relatório de actividade de 2018 informa que, “para os imóveis reconhecidos em activos não correntes detidos para venda há mais de dois anos, foi requerido ao BNA a sua manutenção em balanço por mais dois anos, enquanto o banco efectua o melhor esforço para a sua alienação”. E manifestava-se com expectativa de “alienar os imóveis no prazo de dois anos, excepto se as condições de mercado não o permitirem”.

# (In)formalizando

POR CONTA DAS EMPRESAS PÚBLICAS

## BCI recupera apenas até 40% do crédito concedido pelo 'Projovem'

**COBRANÇAS.** Banco admite que a maioria dos beneficiários tem dificuldades de pagar o crédito, porque algumas instituições públicas não pagam pelos serviços prestados por esses clientes. Responsável comercial do BCI refere "aturados esforços" para negociar com os devedores e assegura que 'Angola Investe' corre sem morosidades.



NO PAÍS HÁ 2 ANOS

### Asseco Academy inicia formação para bancários

A Asseco deu início à 5ª edição formativa destinada a potenciais futuros profissionais do sector bancário, destinada a finalistas e licenciados dos cursos de Economia, Gestão Financeira, Contabilidade, Auditoria e Engenharia Informática.

Ao VALOR, Daniel Araújo, CEO da Asseco, garante ter disponíveis salas de aulas equipadas com a "mais moderna tecnologia", além de "formadores devidamente preparados".

O programa formativo tem 240 horas, ministradas em horário laboral, e é composto por oito módulos, seis dos quais com avaliação.

Lançada em Angola em Janeiro de 2018, a Asseco Academy funciona igualmente em Moçambique. O primeiro curso realizado em Maputo arrancou em Abril do ano passado. Para este ano está também prevista a realização de uma edição do PFS Certification Program, a iniciar no final do primeiro semestre.

A entidade pretende criar programa semelhante em Cabo Verde ainda este ano.



Por Guilherme Francisco

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) recuperou apenas entre 30 e 40% dos empréstimos concedidos, no âmbito da Linha de Crédito de Apoio ao Empreendedor Jovem (Projovem), adiantou ao VALOR o coordenador comercial da entidade.

João de Brito justificou a morosidade dos reembolsos com o facto de alguns negócios não "serem engendrados de boa fé" e com os incumprimentos de muitas empresas, principalmente públicas, no pagamento dos serviços prestados pelos clientes devedores. "Notamos que o empresariado nacional trabalhava muito com o Estado e, como vimos, muitas das instituições públicas ficaram sem capacidade de resposta imediata, logo isso boicotou alguns dos nossos clientes", lamenta o coordenador do BCI,

#### MEMORIZE

● **Disponibilizada em Janeiro de 2017, num valor de 4 mil milhões de Kwanzas, a Linha de Crédito de Apoio ao Empreendedor Jovem foi suspensa em 2018 por falta de adjudicação de valores pelo Ministério das Finanças**

explicando que a maior dificuldade surge quando as instituições públicas pagam em ordem de saque. "Eles [devedores] apa-

recem com ordem de saque, temos estado a ajudar, interagimos com o Ministério das Finanças de modo a desbloquear estes pagamentos, para que, paulatinamente, melhorem a nossa capacidade financeira."

Insistindo que "não tem sido fácil recuperar o crédito", João de Brito precisa que os reembolsos ocorrem após "aturadas" negociações. "Para nós, banco, se o negócio do cliente não anda, está pendurado, negociamos para aquilo que é possível ajudar, porque a saúde financeira da empresa vai reverter-se também na saúde do nosso banco", refere.

A Linha de Crédito de Apoio ao Empreendedor Jovem foi disponibilizada a 12 de Janeiro de 2017, num valor de quatro mil milhões de kwanzas. Um ano depois, isso em 2018, foi suspensa por falta de adjudicação de valores pelo Ministério das Finanças, conforme justificou, na altura, Filomeno Ceitas, ex-PCA do BCI.

Entretanto, João de Brito avançou que, do dinheiro disponibilizado, ficou por conceder uma cifra "ínfima" de entre 200 e 300 milhões de kwanzas. Quanto aos créditos concedidos no âmbito do programa 'Angola Investe', sem precisar números, o coordenador comercial do BCI assegurou que os beneficiários estão a pagar as prestações, sem morosidade.

**OS MOTOTAXISTAS** que operam em Viana, Luanda, paralisaram as actividades a 16/03 em protesto das dificuldades que dizem ser impostas pelos efectivos da Policia Nacional. Exigem paragens e mais respeito por partes das autoridades.



HÁ 3 MESES NO HUAMBO

# Empresa de microcrédito disponibiliza 25,5 milhões kz

**MICROFINANÇAS.** Empresa considera resultados “recordistas”, face ao desempenho tradicional do mercado, enquanto restrições do passado condicionam vários operadores.

**A** sucursal da Wiliete Crédito, no Huambo, concedeu, em três meses, 25,5 milhões de kwanzas em empréstimos, números que a empresa considera “recordistas”, face ao desempenho tradicional do mercado.

Para Joaquim José Cussivira Ventura, coordenador da empresa no Huambo, o volume de crédito concedido é explicado, sobretudo, pela “fraca concorrência” e pelos “bons serviços”.

A empresa recebe diariamente entre 10 e 20 processos de solicitação de crédito, procura que deve elevar o número de clientes para 2,6 mil até Dezembro, sendo

# 20

É a quantidade de solicitações que a Wiliete recebe diariamente para concessão de créditos.

que a carteira vai incluindo, além dos tradicionais operadores do mercado informal, funcionários públicos e privados. A esse movimento acrescentam-se as solicitações de administrações municipais no sentido da instalação de agências nas respectivas circunscrições.

Operadores consultados pelo VALOR referem que, geralmente,

as empresas de microcrédito levam muito tempo para colocar “montantes consideráveis” no mercado, face às restrições legais que existiam na concessão de pequenos empréstimos.

Até Agosto de 2019, as empresas só estavam autorizadas a emprestar até um milhão de kwanzas por cliente. O limite foi esticado para sete milhões de kwanzas, no entanto as empresas notam que as restrições do passado condicionaram a acumulação de fundos para fazer face à nova realidade, além de a procura ser coberta, sobretudo, por comerciantes informais.

A Wiliete Crédito é uma instituição financeira não-bancária com uma carteira de financiamento de 300 milhões de kwanzas, sendo que a taxa de juro está fixada em 10%.

PUB

## Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

**Assinaturas:**  
 assinaturas@gem.co.ao  
 comercial@gem.co.ao



**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA**  
 Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792  
 Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

## DE JURE

SINDICATO DIZ QUE PETROLÍFERA PRETENDE MANIPULAR TRABALHADORES

# Sonangol acusada de conceber contratos falsos

**CONFLITO.** Maior empresa pública recusa-se, por enquanto, a avançar dados detalhados sobre negociações, com a CGSILA, que vão determinar o futuro dos trabalhadores eventuais. No entanto, augura que diferendo seja “resolvido da melhor forma numa perspectiva de ganhos para ambas as partes”.

Por Antunes Zongo

A petrolífera estatal está a submeter os trabalhadores eventuais das subsidiárias “à assinatura de contratos falsos”, visando dividir os funcionários, entre os que a empresa pretende contratar e os que poderão ser expulsos.

A acusação é de Zacarias Jeremias, coordenador do conselho de disciplina da Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA). Para o líder sindical, o contrato é “inexistente” por estar a ser celebrado no âmbito do decreto 272/11, que acabou por ser refogado pelo decreto presidencial 31/17. “Claramente, esse contrato é inexistente por ter sido criado de acordo com uma lei que não existe e visa simplesmente simular aos trabalhadores, com a falsa ideia de que agora passaram a funcionários públicos”, precisa.

Zacarias Jeremias acrescenta que o alegado falso contrato, assinado por parte dos colaboradores, foi rubricado sem o conhecimento do sindicato, além de a companhia exigir sigilo aos subscritores, em relação aos colegas que não tenham sido chamados para a assinatura. O responsável sublinha que, no início das negociações, a Sonangol havia demonstrado ter intenções de resolver o problema e respeitar as regras, “mas depois passou a manifestar arrogância”.

O sindicalista conta que a empresa endereçou à CGSILA,



Sonangol augura que o diferendo venha a ser resolvido da melhor forma

via e-mail, um memorando de entendimento em que manifesta a vontade de expulsar pouco mais de 400 trabalhadores, além de exigir que o sindicato deixe de falar publicamente sobre o processo sem a autorização da petrolífera. A CGSILA, no entanto, discorda da decisão de despedimento e propõe uma negociação em que as partes se sentem à mesma mesa, ao contrário da negociação via e-mail sugerida pela Sonangol. Como resposta, a petrolífera optou por manter as negociações com outro sindicato que, segundo a CGSILA, há muito deixou de representar os trabalhadores. “Diferente da Sonagás, antes de nós, os trabalhadores da Sonangol Distribuidora eram representados por um outro sindicato, mas optaram por se desvincular desse sindicato e filiaram-se a nós, tendo a empresa tomado conhecimento desse facto por escrito”, explica Zacarias Jeremias.

## MEMORIZE

- O primeiro decreto foi aprovado no governo do ex-Presidente José Eduardo dos Santos, e revogado na mesma vigência, determinava que o operador transita para o quadro de pessoal depois de três anos. Actual decreto prevê dois anos.

mias que acusa ainda a Sonangol e o referido sindicato de estarem a montar estratégias para que 10% do montante previsto para indemnização dos possíveis trabalhadores demitidos seja retido a favor desse sindicato.

Ao VALOR, a petrolífera recusa-se, por enquanto, a avançar dados detalhados sobre as negociações com a CGSILA ou sobre eventuais constrangimentos, mas sublinha augurar que o diferendo seja “resolvido

da melhor forma, numa perspectiva de ganhos para ambas as partes”.

## RAZÃO DOS CONTRATOS

Apesar de os contratos submetidos aos trabalhadores estarem a ser considerados “inexistentes” pela CGSILA, a Sonangol deu início a esse processo que, supostamente, visa efectivar os colaboradores eventuais das subsidiárias, com o objectivo de travar a greve que os mesmos pretendem realizar depois de 31 de Março, caso não transitem a efectivos nesse intervalo de tempo.

Boa parte dos eventuais presta serviços à petrolífera estatal há mais de sete anos e, por força do decreto 31/17, passaria a efectivo a partir de 22 de Fevereiro de 2017, segundo defende a CGSILA.

Sem descartar a intenção inicial de paralisação geral, o sindicato endereçou, esta segunda-feira, 16, uma carta à Sonangol, solicitando um encontro com carácter de urgência, tendo alertado que a posição a

adoptar pelo sindicato e os trabalhadores será proporcional às respostas que a empresa venha a dar.

## A INVALIDADE DO DECRETO

Os diplomas, quer o 272/11, quer o 31/17, determinam o regime jurídico de cedência de trabalhadores das empresas privadas prestadoras de serviços às empresas públicas. Ou seja, esclarecem em que circunstâncias os trabalhadores que prestam serviços às companhias públicas passam para a esfera estatal.

O primeiro decreto foi aprovado no governo do ex-Presidente José Eduardo dos Santos, e revogado na mesma vigência, e determinava que o operador transita para o quadro de pessoal estatal depois de ter prestado serviço num período superior a três anos, sendo que o segundo diploma determina um ano a menos em comparação ao documento anterior.

No entanto, face às explicações do sindicato em relação ao contrato a que foram submetidos, os trabalhadores consideram “criminosos” os responsáveis da Sonangol e manifestam-se prontos para cumprir a decisão que a CGSILA venha a tomar.

Para Zacarias Jeremias, o presente decreto nem dá margens para dúvidas, esclarecendo que o diploma determina que a “empresa pública nem precisa de pedir autorização ou informar à empresa privada a que o colaborador pertence, bastando apenas que complete os 24 meses para o trabalhador passar automaticamente à esfera pública”.

Na perspectiva do líder sindical, os gestores da Sonangol deviam efectivar os eventuais sem a necessidade de negociações.

**O CONSTITUCIONALISTA E PROFESSOR** universitário Raul Araújo defende mais celeridade na conclusão do processo de reforma do sistema judiciário em curso no país.

Mário Marques © A3



ARRESTO DE BENS DE ISABEL DOS SANTOS

# Fonte da empresária denuncia “aproveitamento político”

**CONFLITO.** Bens de Isabel dos Santos foram arrestados pelo Tribunal Central de Instrução Criminal, em Lisboa, num processo solicitado pela PGR de Angola. Segundo a imprensa lusa, fonte da empresária admite haver “aproveitamento político”.

Por Redacção

Isabel dos Santos está a ver-se “impedida” de se defender dos processos em curso contra si na justiça portuguesa, considerando “claramente ilegal” o cumprimento das cartas rogatórias de Angola, que ditaram o arresto dos seus bens e contas bancárias.

Fonte oficial de Isabel dos Santos, citada pelo ‘Diário de Notícias’, “estranha” que “aos órgãos de comunicação social seja facultada informação, supostamente em segredo de justiça, que não é transmitida aos destinatários das alegadas decisões judiciais e judiciais portuguesas que dão cumprimento a pedidos de entidades estrangeiras”.

A fonte oficial de Isabel dos San-

tos “estranha que, em pleno século XXI, um Estado de Direito Democrático [Europeu], cumpra acriticamente um qualquer pedido de autoridades judiciárias estrangeiras”, referindo-se a um artigo do jornal ‘I’, publicado na passada sexta-feira, que descreve a tramitação de autos de arresto, junto de entidades judiciais e judiciais portuguesas, a pedido de Angola.

Também estranha que a notícia contenha “o pormenor do teor do decidido e do nome dos magistrados que decidiram”, lembrando que “a estes autos apenas tiveram acesso magistrados e funcionários, nenhum advogado”.

Segundo o jornal I, o Tribunal Central de Instrução Criminal ordenou o cumprimento de um acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 5 de Março, que determinou o arresto, e não o mero congela-

mento, dos bens e contas bancárias da empresária angolana, das suas empresas e de outras pessoas com as quais tem ligações.

“processos inacessíveis”

Segundo a fonte oficial de Isabel dos Santos, os advogados da empresária fizeram chegar uma comunicação à Procuradoria-Geral da República portuguesa, a 28 de Janeiro deste ano, “manifestando o interesse e empenho na descoberta e esclarecimento da verdade”.

A comunicação “foi posteriormente renovada por novo requerimento dirigido à PGR em 06.02.2020, e ainda nos requerimentos apresentados em 12.02.2020 junto do Departamento Central de Investigação Penal (DCIAP), em 04.03.2020 junto do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC) e, o último deles, em 12.03.2020 tam-

Isabel dos Santos correm em Portugal, sem nunca o conseguir”, sublinhou. E dá o exemplo do requerimento enviado ao DCIAP a 12 de Fevereiro “também para tentar saber a identificação dos números de processos em questão, para que pudesse ir aos processos saber qual o seu objecto e neles exercer a defesa, sem nenhuma resposta do DCIAP”.

Também um “mesmo pedido foi feito em 04.03.2020 ao Tribunal Central de Instrução Criminal, posto que o juiz desse Tribunal é o Juiz das Garantias de todos os sujeitos objecto de perseguição penal, tendo este pedido também ficado sem nenhuma resposta”.

“Mais de um mês volvido e não há nenhuma resposta da justiça portuguesa aos requerimentos formalizados”, explica a fonte.

Processo visou todo o património

A decisão, proferida pelo juiz daquela instância Carlos Alexandre, foi tomada no cumprimento de um acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 5 de Março, da empresária em Portugal, como casas, contas bancárias e participações sociais em empresas.

O pedido tinha sido feito às autoridades judiciais portuguesas em carta rogatória pelo Procurador-Geral da República de Angola, Hélder Pitta Grós, que se deslocou a Portugal em Janeiro.

A justiça lusa fundamenta as decisões em suspeitas sobre a origem dos capitais que estão depositados em bancos daquele país ou dos capitais que permitiram a aquisição de participações sociais em empresas portuguesas.

Inicialmente, a 12 de Fevereiro, o juiz do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, João Bártolo, determinou o congelamento dos saldos de algumas contas bancárias, mas declarou-se incompetente para ordenar o arresto de participações sociais de empresas como a Efacec.

O congelamento dos bens, considerou João Bártolo em meados de Fevereiro, era suficiente para acautelar os interesses do Estado angolano. O recurso em resultado disso, interposto pelo Ministério Público português, obteve, então, decisão favorável do Tribunal da Relação de Lisboa, de onde o processo passou para o Tribunal Central de Instrução Criminal, tendo sido distribuído por sorteio electrónico ao juiz Carlos Alexandre.

## MEMORIZE

● **A 12 de Fevereiro**, o juiz do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, João Bártolo, determinou o congelamento dos saldos de algumas contas bancárias, declarando-se incompetente para ordenar o arresto de participações sociais de empresas como agora aconteceu por decisão do juiz Carlos Alexandre

bém junto do TCIC, sem quaisquer respostas quanto ao solicitado”.

“Nesses diversos requerimentos, tentou-se conhecer pelo menos o número de identificação e quantidade de processos criminais que alegadamente contra a engenheira

# Gestão

# Gerir em contexto de Covid19

**ESTRATÉGIA.** Em tempos de incerteza e de profunda alteração dos pressupostos socioeconómicos a que os mercados estão adaptados, com condições que os governos das economias a braços com a pandemia do Covid19 descrevem como sendo de ambiente de guerra, siga estas sugestões e prepare a sua empresa para minimizar os estragos da nova realidade.

## GIRA A COMUNICAÇÃO DE MODO A EVITAR PÂNICOS

Comunique de forma clara e eficiente com os funcionários porque, como todos, vão estar expostos a muita informação falsa que incentiva o pânico geral. Use grupos online em que possam todos encontrar informação atempada sobre novas políticas a adoptar no ambiente de trabalho.

## APLIQUE AS REGRAS DE HIGIENE E DISTÂNCIA- MENTO NO ESCRITÓRIO

Examine as lógicas de trabalho na empresa e crie rotinas que aumentem a higienização que passem pelo incentivo à lavagem das mãos frequente e ao reffrear do contacto humano.

## PREPARE A EMPRESA PARA FALTAS DE STAFF

Reavalie as necessidades de funcionários presenciais e prepare a sua empresa para a necessidade de ter funcionários a trabalhar a partir de casa. Utilize os recursos e a comunicação nas novas plataformas de modo a manter operações e planeie formas de logística alternativas e preparadas para enfrentar o vírus (são exemplo luvas, máscaras e soluções para desinfestação).



## FLEXIBILIZE E CONTORNE A BUROCRACIA

Embora comunicações em excesso e atropelo às normas regulares possam criar confusão, flexibilize as hierarquias e a papelada de modo a dar respostas mais rápidas a situações de emergência. Tire proveito das novas comunicações, crie uma equipa de triagem e resposta se a dimensão da empresa assim o justificar.

## CONSULTE A COBERTURA DE SEGUROS SE PODE VALER À SUA EMPRESA

Se a empresa dispõe de apólice de seguros, esta é a altura de verifi-

car as letras pequenas do contrato de modo a verificar se tem cobertura para emergências de saúde em cenário de pandemia mundial.

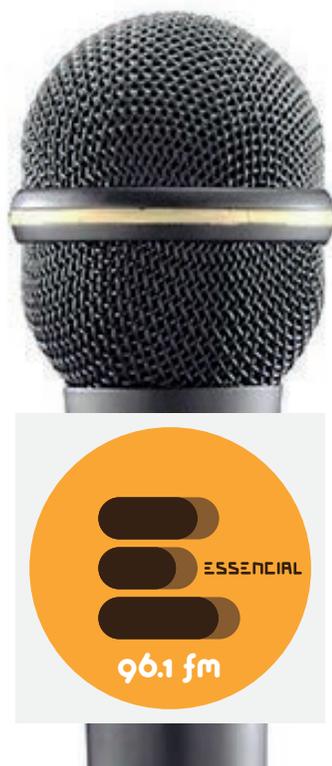
## ADAPTE A SUA EMPRESA AO FUTURO

Esta crise mundial vai mudar e reestruturar cadeias de fornecimento e tendências de mercado. É provável que áreas de serviços online de fornecimento de transportação, de saúde ou de educação se tornem mais apetecíveis e que a dependência de mega-fábricas seja evitada. Reavalie as cadeias de fornecimento da empresa e adapte-a à nova realidade.



QUE É  
ESSENCIAL  
NOS DIAS  
DE HOJE?

96.1 fm



# Opiniões

## A Africell e a falta de transparência dos dias de hoje



**César Silveira,**  
Editor Executivo  
Valor Económico

**N**ão têm estado a faltar alertas. O apoio ao combate a todas as más práticas do passado é unânime. Mas, por existirem diferenças na capacidade de interpretação dos fenómenos e acontecimentos, não existe a mesma unanimidade entre os que apoiam e os que contrariam os caminhos, escolhas e opções que têm sido consideradas pelas diversas instituições no combate a estas más práticas.

Por exemplo, quando, em Novembro, se tornou pública a decisão do Governo de entregar sem qualquer concurso público o negócio móvel da Angola Telecom à Angorascom, uma empresa até então desconhecida pela maioria dos angolanos, considerámos, neste espaço, tratar-se de uma das provas de que o discurso do Governo de fazer da transparência uma das marcas da governação não passa de DISCURSO.

Não têm estado a faltar alertas. Decisões como esta irão afugentar

potenciais investidores. Decepcionar os muitos que passaram a olhar para Angola como mercado a ter em conta como resultado da campanha de marketing do Governo, liderada pelo Presidente João Lourenço.

Decisões como esta da Angorascom criam condições para que a referida campanha de marketing colha frutos contrários aos esperados e desejados. Ao invés de atrair novos investidores, estes passam a conhecer o país e apercebem-se de que existe uma distância entre o discurso e a prática.

Talvez até fosse melhor não apostar no referido marketing, enquanto a transparência, por exemplo, não passasse a ser a regra número UM para os diversos processos. Enquanto prevalecer este clima de fingir que se está a fazer alguma coisa, talvez fosse melhor continuar a negociar com aquelas empresas que já conhecem as debilidades do mercado e, por isso, mais facilmente aceitam uma e outra brincadeira. É má ideia atrair novos e estes descobrirem a desarrumação interna.

Por exemplo, atraída pela campanha de um país novo, a Africell apostou no mercado, é a única candidata à licença para quarta operadora de telecomunicações. No entanto, pondera desistir pela potencial falta de transparência no processo que culminou com a passagem do serviço móvel da Angola Telecom à Angorascom.



## “Será o meu negócio resiliente?”



**Pedro Novo,**  
Executive Director EY,  
Advisory Services

a aumentar e neste momento, há focos já na Europa, Médio Oriente e caminhamos para uma declaração de pandemia.

Os governos, junto com a OMS (Organização Mundial de Saúde), tentam lidar com a disseminação do vírus, numa primeira linha de defesa, alguns com fecho de fronteiras e a grande maioria, tal como Angola, a controlar os viajantes que entram no país e a colocar de quarentena os que apresentem sintomas.

Algumas das maiores empresas do mundo, como a Apple, Alibaba ou Nissan, tiveram quebras na produção e exportação dos seus produtos e já anunciaram quedas nos seus resultados, que se devem maioritariamente ao fecho de fábricas.

Num contexto como o que vivemos, o que poderão fazer as empresas para minimizar o risco de quebra das suas actividades?

Mais do que apenas minimizar impacto no seu negócio, as empresas deverão ter um papel activo na

resposta à propagação de pandemias, especialmente no que toca à comunicação e implementação de boas práticas relativas à higiene, uso de equipamentos de protecção e mudanças comportamentais, tão simples como evitar os contactos físicos nas reuniões.

As organizações deverão adoptar estratégias proactivas, que deverão ser comunicadas de forma clara e transversal a todos os stakeholders (não apenas aos colaboradores), para que todos estejam alinhados com políticas e planos de acção definidos. Por exemplo, garantindo que alguém da organização faz o acompanhamento, junto de órgãos competentes, tais como a OMS.

É também crítico que as equipas de gestão e líderes de equipas reconheçam as suas actividades, os seus sistemas e os recursos humanos e competências mais críticas, que deverão ser salvaguardados, através de um Plano de Continuidade de Negócio.



**D**esde o final de 2019 o Mundo está a lidar com uma nova epidemia, o Corona Vírus. Desde o início de Janeiro de 2020, a cidade de Wuhan, com mais de 11 milhões de habitantes, tentou conter a sua disseminação. Fecharam-se as “portas” da cidade e construiu-se um hospital com 1000 camas em apenas 6 dias, mas apesar dos esforços, o número de infectados e de vítimas continua

“Na frente económica, uma grave recessão não pode ser evitada e alguns economistas já pedem aos governos que introduzam medidas para sustentar a procura.”

# Mundo em guerra



Hans-Werner Sinn



*Os países ocidentais estão finalmente a acordar de forma gradual com a crise do COVID-19 e agora precisam de dar uma resposta colectiva comum. Todos os países devem seguir a China enfrentando directamente o coronavírus com todos os recursos disponíveis e devem aprender a lição dada pela Alemanha na gestão das consequências económicas.*

**A**luta contra o COVID-19 é uma guerra total. A China parece ter vencido a primeira batalha. Hong Kong, Taiwan, Singapura e Japão também alcançaram sucessos visíveis na mitigação do surto, sem dúvida, devido às suas experiências em lidar com a epidemia de SARS (Síndrome de Respiração Aguda Severa – sigla em inglês) em 2003. A Europa e os Estados Unidos, por outro lado, estão apenas a despertar das suas ilusões de invulnerabilidade. Como resultado, a epidemia assola agora o Ocidente.

O país ocidental mais atingido até agora é a Itália, que tem laços económicos particularmente fortes com a China. O norte da Itália é agora o novo Wuhan (a megacidade chinesa onde o coronavírus surgiu pela primeira vez). Com o sistema de saúde sobrecarregado, o governo italiano pisou nos travões, desligou a economia e o comércio e colocou em quarentena o país inteiro. Todas as lojas, excepto farmácias e supermercados, estão fechadas. As pessoas foram instruídas a ficar em casa e só têm permissão para frequentar locais públicos apenas para fazer compras ou irem para o trabalho. Muitas obrigações de dívida pública e privada (como arrendamentos de imóveis e pagamentos de juros) foram suspensas. A Itália tenta desacelerar o relógio económico até o coronavírus morrer.

Enquanto isso, embora a Alemanha tenha sofrido muito

poucas mortes provocadas pelo coronavírus, o número de infecções está a subir tão rapidamente como em qualquer outro lugar. Em resposta à crise, o governo alemão introduziu um subsídio de trabalho de curta duração e concedeu generosas ajudas de crédito, garantias ou isenção de impostos para empresas em dificuldades. Os eventos públicos em todo o país foram cancelados. As crianças, em idade escolar, são obrigadas a ficar em casa.

A Áustria, por seu lado, há muito tempo fechou as fronteiras com a Itália. Escolas, universidades e a maioria das lojas austríacas também foram fechadas. Inicialmente, a França adoptou uma abordagem mais relaxada, mas agora também fechou escolas, restaurantes e lojas, assim como a Espanha. Dinamarca, Polónia e a República Checa fecharam as fronteiras com a Alemanha.

O presidente dos EUA, Donald Trump, declarou o estado de emergência nacional. O Congresso aprovou um programa de emergência de 8,3 mil milhões de dólares para financiar os esforços para conter a epidemia. Quantias ainda maiores aguardam pela aprovação do Senado. O governo federal também barrou os viajantes estrangeiros, primeiro da China e do Irão, e agora da Europa.

Globalmente, nem todas as respostas à crise foram bem direccionadas e outras não foram suficientemente fortes. O mais preocupante é que alguns governos convenceram-se de que podem apenas retardar a propagação do vírus, em vez de tomar medidas necessárias para detê-lo

completamente. A superlotação previsível de hospitais, em muitas áreas fortemente afectadas, já expôs a loucura dessa complacência.

Na frente económica, uma grave recessão não pode ser evitada e alguns economistas já pedem aos governos que introduzam medidas para sustentar a procura. Mas essa recomendação é inadequada, dado que a economia global sofre um choque de oferta sem precedentes. As pessoas não estão no trabalho porque estão doentes ou em quarentena. Em tal situação, o estímulo à procura apenas vai aumentar a inflação, levando à estagflação (crescimento fraco ou decrescente do PIB ao lado de preços crescentes), como ocorreu durante a crise do petróleo da década de 1970, quando outro importante insumo de produção estava em falta.

Pior ainda: medidas voltadas para o lado da procura podem até ser contraproducentes, porque incentivam o contacto interpessoal, minando o esforço para limitar a transmissão do vírus. Que benefício faria dar dinheiro aos italianos para fazer compras quando o governo fecha lojas e obriga todos a ficar em casa? Os mesmos argumentos aplicam-se no suporte à liquidez. O mundo já está inundado de liquidez, com taxas de juros nominais próximas ou abaixo de zero em praticamente todo o lado. Mais cortes nas taxas de juros em território ‘vermelho-escuro’ podem ajudar os mercados de acções, mas também podem desencadear uma corrida ao dinheiro.

O declínio brutal das actividades económicas, que os epidemiologistas dizem ser necessário, torna inevitável

o colapso das bolsas de valores, dado que a política dos bancos centrais de dinheiro excessivamente barato causa uma bolha insustentável. Como consumiram munições em momentos inoportunos, os bancos centrais assumem a responsabilidade pela bolha que agora estourou.

O que é realmente necessário são medidas fiscais para salvar empresas e bancos da falência, para que possam recuperar rapidamente quando a pandemia terminar. Os formuladores de políticas devem considerar várias formas de isenção de impostos e garantias públicas para ajudar as empresas a ter empréstimos, se necessário. Mas a opção mais promissora é um subsídio de trabalho de curta duração. Essa abordagem, testada e comprovada na Alemanha, compensa o subemprego da força de trabalho através dos mesmos canais que já são usados para o seguro-desemprego. Melhor ainda, não custa quase nada, porque impede as perdas que se seguiriam do aumento do desemprego real.

Todos os países devem replicar esta parte da política da Alemanha para evitar a perda de empregos. Mas, o mais importante, todos os governos precisam seguir a China para tomar uma acção directa contra o COVID-19. Ninguém nas linhas da frente deve estar limitado pela falta de fundos. As unidades de terapia intensiva hospitalar devem ser ampliadas; hospitais temporários devem ser construídos; e respiradores, equipamentos de protecção e máscaras devem ser produzidos em massa e disponibilizados a todos que precisam. Além disso, as autoridades de saúde pública devem receber recursos e fundos necessários para desinfetar fábricas e outros espaços públicos. Higiene é a ordem do dia. Testes em larga escala da população são particularmente importantes. A identificação de cada caso pode salvar várias vidas. Entregar-se à pandemia simplesmente não é opção.

*Professor de economia da Universidade de Munique, ex-presidente do Instituto Ifo de Pesquisa Económica e membro do Conselho Consultivo do Ministério da Economia alemão.*

# Marcas & Estilos



## RESTAURANTE

### Onde o paladar é ouvido

O testemunho vem de quem lá esteve dezenas de vezes. Quer para o almoço, quer para jantar, o restaurante Cassanga Bar, em Benguela, dispõe de atendimento “cinco estrelas e muita simpatia”, com música ao vivo, comida saborosa e sem grandes demoras ou esperas. Conta com uma carta de bebidas e pratos muito vasta. O ambiente são excelentes e a decoração espectacular. Há opção de iguarias da cozinha angolana, portuguesa e brasileira. A carne assada é a prata da casa. É uma óptima escolha para quem vive no corre-corre.

## AUTOMÓVEL

### Concebido para a vida

Todos os novos modelos da Maserati terão sistemas de propulsão híbridos e totalmente eléctricos e serão totalmente concebidos, desenvolvidos e construídos em Itália. O programa de electrificação da marca inicia-se este ano, e o primeiro automóvel híbrido a ser fabricado será o novo Ghibli, enquanto a produção dos novos GranTurismo e GranCabrio, os primeiros modelos da marca a adoptar soluções 100% eléctricas, iniciar-se-á em 2021.



### Para viagens inesquecíveis

Com esta capa vibrante, a sua mala da Velosock torna-se livre de riscos e permanece limpa durante as viagens, mantendo-se sempre à vista. Esta cobertura protege, mantém limpa, personaliza e identifica, além de ser mais durável.



### Um olhar com elegância

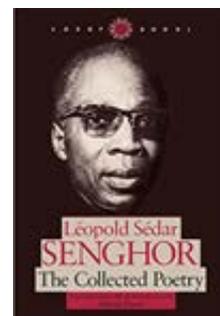
Os óculos de sol NDG da Oliver Peoples incorpora parte do estilo e da moda nova-iorquinos, que nada se parece com os modelos de outras épocas. A armação foi fabricada num tom cinza-tartaruga, com lentes azul-anis, com tom e estilofotocromático.



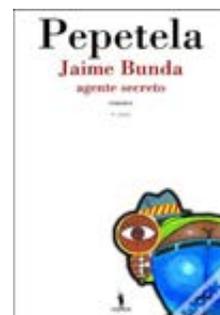
### Horas que valem ouro

Rotonde de Cartier é uma colecção de relógios em cuja caixa se guardam cuidadosamente os movimentos mais avançados da alta relojoaria: o astro-regulador, o repetidor de minutos, astro-turbilhão e a grande complexidade do seu esqueleto.

## LIVROS



**ESTA EDIÇÃO** bilingue dos Poemas Completos de Senghor dispõe de uma poesia viva com imagens sensuais. A obra contrasta a exuberância e a maravilha do passado da África com a alienação e perda associadas à assimilação na cultura europeia.



**EM 'JAIME BUNDA, AGENTE SECRETO'**, ...a moça despediu-se da amiga e avançou para a avenida. Ainda conservava nos lábios o sorriso da despedida, quando parou bruscamente, assustada com o automóvel preto. O carro também estacou de súbito...

## AGENDA

### LUANDA

**ENTRE 17 E 24 DE MARÇO**  
‘Cafés Ecológicos’, no Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA), entre as 18 e as 19 horas. Entradas gratuitas.

**21 E 22 DE MARÇO**  
Anselmo Ralph lança o disco ‘Momentos’, no sábado, na Praça da Independência, entre as 8 e as 15 horas. No domingo, no Belas Shopping, em Talatona, das 10 às 15 horas.

**27 E 28 DE MARÇO**  
1.ª Edição do Wafina Beauty Festival, no Centro de Convenções de Talatona.

**28 DE MARÇO**  
Gingas do Maculusso voltam a subir em palco para o concerto ‘O Reencontro’, no Centro de Conferência de Belas, a partir das 20 horas. Ingressos entre 6 e 12 mil kwanzas.

**DE 27 DE MARÇO A 2 DE ABRIL**  
Embaixada Francesa e Alliance Française de Luanda realizam 3.ª edição do Festival de Cinema Francês, no Cinemax de Talatona.

QUÉNIA É O ÚLTIMO PAÍS A PROIBIR A CAÇA

# Burros selvagens africanos podem desaparecer até 2023

**VIDA SELVAGEM.** Equídeo africano faz parte das 30 mil espécies em perigo de extinção e pode desaparecer em breve. Em África, é o último país a proibir a caça da espécie e pode contrariar previsões.

**E**xistem mais de 30 mil espécies sob ameaça de extinção, o que representa 27% das espécies analisadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Entre estas espécies há uma menos exótica, mas igualmente ameaçada: os burros selvagens africanos. Quénia foi o último país a proibir a caça desta espécie e a decisão poderá originar uma reviravolta nas previsões, que estimam que estes animais desapareçam até 2023.

A espécie foi domesticada há cerca de seis mil anos, segundo a organização internacional Edge, e,

apesar de os burros, no geral, não correrem risco de extinção, “já só restam algumas centenas dos seus ancestrais selvagens”.

As populações de burros selvagens estão a diminuir como resultado da caça, tanto pela carne como pela medicina tradicional, a competição com o gado por recursos limitados no deserto e a hibridação com o burro doméstico”, explica a mesma organização.

Segundo a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da UICN, que observou cerca de 70 burros exóticos africanos e os classificou como espécie “criticamente ameaçada”, existem actualmente menos de 600 animais desta espécie na Eritreia e na Etiópia. O número de adultos é de aproximadamente um terço do

total existente, o que significa que deverão ser entre 23 e 200 animais.

No final de Fevereiro, o Ministério da Agricultura do Quénia decretou o fecho dos quatro matadouros, em resposta aos protestos no país e aos vídeos de organizações que pediam o fim das trocas com a China, onde é feita uma gelatina de pele de burro que terá propriedades medicinais.

“Queremos acabar com esta criminalidade e brutalidade, e queremos colocar os burros de volta no lugar certo na nossa sociedade, que é a apoiar estilos de vida e a assegurar meios de transporte cruciais”, afirmou Peter Munya, ministro da Agricultura, aos media locais.

Segundo os dados da Organização de Agricultura e Gado

(KALRO), entre Abril de 2016 e Dezembro de 2018, foram mortos mais de 300 mil burros e foram exportadas mais de duas toneladas de pele.

As projecções indicam que até 2023 (em três anos), a população de burros será esgotada mantendo todos os factores constantes”, segundo a KALRO, que explica que “a taxa média anual de burros abatidos (5,1%) foi cinco vezes maior que a taxa de crescimento anual da população de burros (1,04%)”.

O país acabou mesmo por seguir a tendência dos outros e proibir por completo que estes animais fossem mortos, o que poderá ser um passo signficante para evitar que esta espécie seja extinta.



FLORESTAS

## Governo volta a autorizar corte de árvores

O Governo levantou a interdição de corte e circulação de madeira proveniente de plantações florestais, por considerar terem sido ultrapassadas as razões que estiveram na base da proibição.

Segundo o decreto executivo 107/20, datado de 9 de Março e publicado no Diário da República, é levantada a interdição de corte e circulação de madeira existente nas plantações florestais por já estar concluído o Inventário Patrimonial dos Perímetros Florestais.

Um decreto anterior, datado de 4 de Junho de 2019, ditou a interdição, depois de os perímetros florestais públicos existentes no Huambo, Benguela, Huíla e Bié terem sido reintegrados no Ministério da Agricultura e Florestas.

O diploma fazia menção a um período de interdição de 90 dias, face à necessidade de fazer a inventariação dos referidos perímetros florestais.



Existem actualmente menos de 600 animais desta espécie na Eritreia e na Etiópia.

NÚMEROS DA SEMANA

500

Milhões USD, valor investido pelo BAD, para a implementação da primeira fase do Programa de Expansão e Eficiência do Sector de Energia (ESEEP-1) para o Centro e Sul do país.

30

Milhões de dólares mensais, montante gasto para a importação de 10 mil toneladas de óleo de palma.

5

Milhões de dólares, fundo disponibilizado pelo Banco Mundial para a realização do Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos (REMPE 2019).

2000

Milhões e 100 milhões de kwanzas, investimento previsto pelo Estado para a terraplanagem de 200 quilómetros de estradas no município de Cuango, Lunda-Norte, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

## Taxa de circulação com 33,3%

Pelo menos, 1,6 mil milhões de kwanzas, correspondendo a um terço do total da receita prevista da Taxa de Circulação 2019 (4,8 mil milhões de kwanzas), já foi arrecadado desde 13 de Janeiro último, revelou à Angop, Adilson Martins, coordenador da campanha de cobrança da AGT.

A cobrança voluntária da taxa decorrerá até 17 de Abril próximo, lembrando que, “a partir de 18 de Abril, aos faltosos da fase voluntária, será acrescido 50% do valor da taxa e terá de pagar uma multa de 9.240 kwanzas, quando for interpelado pelo agente de trânsito”.

Segundo Edilson Martins, para a campanha em curso, estão disponíveis 360 mil selos nas 18 províncias, sendo que os de 9.200 kwanzas (categoria de automóveis ligeiros) são os mais procurados.

Entretanto, no próximo ano, a Taxa de Circulação passará a designar-se ‘Imposto sobre Veículos Motorizados (IVM)’, mantendo-se as taxas cobradas sobre as viaturas, motociclos, triciclos e quadriciclos. A entrada em vigor deste novo regulamento estava prevista para Janeiro deste ano, mas, por alegadas razões técnicas, foi adiada para 2021.

Assim, os selos actuais serão eliminados e o comprovativo de pagamento passará a ser o documento cobrado aos contribuintes. “A mudança acontece pelo facto de a taxa de circulação apresentar aspectos de imposto”, observou Edilson Martins.

O diploma será remetido ao Conselho de Ministros, devendo depois ser ratificado pela Assembleia Nacional.



## PR exonera antigos homens forte da segurança social

Presidente João Lourenço voltou, na segunda-feira, 16, a fazer jus ao título de exonerador implacável com as exonerações de Jesus Faria Maiato do cargo de ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, de Ana Paula Tuavanje Elias, ministra da Educação e de Manuel de Jesus Moreira, do cargo de secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social.

As exonerações acontecem cerca de três semanas depois de

João Lourenço ordenar a criação de um grupo de trabalho para inventariar e legalizar o património do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), que durante anos teve como homem forte, Manuel de Jesus Moreira que dirigiu o programa de reestruturação e modernização da instituição.

Por sua vez, Jesus Faria Maiato desempenhou, durante anos, o cargo de director nacional da Segurança Social do Ministério da Administração Pública, além de ter sido também director nacional do Gabinete Jurídico do mesmo ministério.

## Inflação do IPC fixado em 1,3%

Índice de Preços no Consumidor (IPC), total nacional, registou uma variação mensal de 0,1%, superior em 0,4 pontos percentuais à do mês anterior.

A taxa de variação acumulada do IPC foi de -0,2%, valor inferior em -0,1 p.p. à observada no mês homólogo, do ano anterior.

A variação homóloga do IPC total no mês em análise foi de 1,9%, acelerando -0,2 p.p., em relação ao mês anterior. Também, em Fevereiro, o IPC registou uma variação média dos últimos 12 meses de 1,3%, valor superior em 0,1 p.p. ao registado no mês anterior. Já o indicador de inflação subjacente (índice total excluindo energia e alimentares não transformados) assinalou uma variação homóloga de 1,5%.

